

ACTA NÚMERO 15
SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE FEVEREIRO DE 2008

Aos 23 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu, pelas 9.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Celso Pimenta de Freitas, Dra. Angelina Teixeira e o senhor Dr. José Ribeiro da Costa Nunes, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Eng. Carlos Silva, Dr. Amadeu Magalhães, senhor Avelino Ferreira Torres e Dr. Ricardo Martins, respectivamente Presidente e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Celso Pimenta de Freitas, Eugénia Moura, Ercília Gonçalves da Costa, **Manuel Cândido Mendes Costa**, Jorge Pereira da Silva, Acácio Carlos Silva Magalhães, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Alberto Joaquim Sampaio Pinto, Olivia da Conceição Carvalho, José Emanuel Queirós, Manuel Antunes de Magalhães, Maria Rosa Castro Estebaínha, Eduardo Oliveira Pinheiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Joaquim Cândido Leite Moreira, Joaquim Ribeiro Baldaia, José Manuel Azevedo, António Jorge Vieira Ricardo, Marco Tiago Carneiro, Carla Babo, Maria José Quintela Castelo Branco, José da Silva Lima, Armindo Rui Monteiro Barbosa, José Augusto Carvalho Pinto da Silva, **Carlos António da Silva Carvalho**, **Elisa Antunes**, Sérgio Lima da Cunha, António Teixeira Mendes, Pedro Simão Mota Marinho, Manuel António Carvalho Nogueira, Aristides Miranda, Fernando Carlos Gonçalves Cerqueira, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Manuel Costa Azevedo e António Júlio Vasconcelos Moreira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ABOIM – Faltou
ABOADELA – João Pinheiro
BUSTELO – Faltou
CANADELO – Manuel Claro
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga

CEPELOS – Américo Paulo Silva Ribeiro
CARVALHO DE REI – Justificou falta
CHAPA – António Cândido Pinheiro
FIGUEIRÓ (S. TIAGO) - Daniel Pinheiro
FIGUEIRÓ (Stª Cristina) – António Magalhães Teixeira
FREIXO DE BAIXO – Armando Moura Maia
FREIXO DE CIMA – Abilio Neves
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira
FREGIM – Joaquim Sousa e Castro
GATÃO – Joaquim Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
S. SIMÃO – Eduardo Pinheiro
JAZENTE – Manuel da Silva Pinheiro
LOMBA – Paulo Vasconcelos
LOUREDO – Faltou
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – **Fernando Cerqueira em substituição do Presidente**
MANCELOS – José Ribeiro da Costa Nunes
OLIVEIRA - José Leite Vieira
OLO – Manuel António leite Ribeiro
PADRONELO – Luís Ribeiro da Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
REBORDELO – José Machado Meireles
SALVADOR – António Pinheiro
SANCHE – Henrique Jorge Monteiro
TELÕES – Angelina Rosa Pinheiro Teixeira
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – Abilio Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho
VILA GARCIA – Faltou

Contados os elementos presentes na sala, verificou-se que havia quorum para se poder dar início aos trabalhos.

Justificaram em devido tempo as suas faltas os senhores: Alcino Carvalho, Joaquim José Macedo Teixeira, Abel dos Santos Afonso e Luís Rua Van Zeller de Macedo.

Seguidamente foi dada a conhecer a correspondência recebida até esta data.

Foi então dado início ao **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Foi de imediato feita a leitura de uma Moção subscrita pela senhora deputada do BE, Elisa Antunes, que está em anexo e que a seguir se transcreve:

“A actual política de saúde, em especial o encerramento de serviços e o corte de despesas necessárias ao seu bom funcionamento, tem degradado o Serviço Nacional de Saúde: o acesso é mais difícil e a dualidade da assistência está ameaçada.

O Serviço Nacional de Saúde é a razão do progresso verificado nas últimas décadas em muitos indicadores de saúde. O serviço nacional de saúde ao serviço de todos, tem sido um factor de igualdade e coesão social. Os impostos dos portugueses garantem o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, e permitem que a sua assistência seja gratuita. Não é legítimo nem justificado exigir mais pagamentos.

As autonomias locais, até pela sua proximidade às populações, não podem ficar indiferentes à degradação dos cuidados de saúde.

A Assembleia Municipal de Amarante, exprimindo as aspirações populares: RECLAMA dos poderes políticos medidas de reforço da responsabilidade do Estado no financiamento, na gestão e na prestação de cuidados de saúde, através do Serviço Nacional de Saúde, geral, universal e gratuito”.

A proposta, depois de lida foi então submetida à discussão. Como nenhum senhor deputado se inscreveu, foi a mesma posta de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 9

VOTOS A FAVOR – 49

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Neste período, usaram da palavra os senhores:

DRA. ELISA ANTUNES – BE

Nesta sua intervenção a senhora deputada fez uma intervenção relacionada com “a crise política” que neste momento se vive no nosso concelho, “apelando de eleições intercalares às forças políticas representadas no executivo”. A sua intervenção integral encontra-se nos anexos desta acta.

DRA. MARIA JOSE CASTELO BRANCO – PSD

A senhora deputada fez uma intervenção centrada em questões ambientais de intervenção premente. Situações de vida degradante, situações de património degradado, inexistência de espaços verdes e lazer, casos de poluição ambiental, etc.

Disse também, a determinada altura da sua intervenção que “todos somos culpados destes atentados ambientais e perturbações nos processos naturais, mas todos poderíamos ser parte da remediação”. Terminou a sua intervenção dizendo que “temos de procurar saber junto de quem tem mais poder, o que está a ser feito para acabar com este atentado ostensivo que está a ser cometido, à vista de todos, todos os dias, a qualquer hora, contra todos nós, directamente, e contra todo o ambiente em geral?”. A intervenção integral encontra-se nos anexos desta acta.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

Na sua intervenção referiu o recente estudo da SEDES, dizendo que pela sua análise se verifica que o mesmo vai na mesma linha das preocupações de todos. Nesse documento é referido todo o mal que afecta neste momento a sociedade e quem não se libertar da cegueira partidária não se apercebe da verdadeira realidade. A todos pediu para que reflectam com vista a ajudar a encontrar soluções. O estado não tem cumprido as suas obrigações. Localmente ainda vamos a tempo de inverter toda esta situação. Assim o queiramos.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – AFT

No uso da palavra, o senhor deputado começou por relembrar aquilo que disse na última assembleia relativamente à criação de uma comissão de acompanhamento para verificar o seu posto de combustíveis. Até hoje parece-lhe que ainda não foi dado qualquer passo. Disse que no fim do ano fechou a secção de lavagens do posto, mas mau grado isso os jornais da terra continuaram a atacá-lo imputando-lhe os cheiros da água do rio. Referiu também que no início do ano foi dado início a um julgamento contra a sua empresa onde a 6 de Janeiro o senhor Dr. Juíz, chamou a testemunhar alguns elementos da Câmara. Esperemos pela decisão final. Pediu ao senhor Presidente da Câmara que a partir de agora, não o culpe mais, porque foram retirados 7.000 litros dos depósitos, tendo sido mandadas amostras para análise, de que ainda não tem resultados, que dará a conhecer logo que isso lhe seja possível.

Continuou a sua intervenção dizendo que em 1996, quando apresentou os projectos do posto de combustíveis na Câmara, devia o mesmo ter sido bem analisado, de modo a corrigir-se tudo aquilo que pudesse ser corrigido, de modo a evitar toda esta polémica a que hoje assistimos. Pediu autorização para distribuir um esquema da estação de hidrocarbonetos, para que se possa ver que tecnicamente não é possível haver descargas como aquelas que por aí se apregoam, apenas um fio de água. Incomoda-o ver pessoas sem carácter quererem destruir as empresas de Amarante. O comércio e a indústria em Amarante está numa situação muito má.

Relembrou os ofícios que várias vezes enviou para a Câmara, dando conhecimento da insegurança que se vive numa oficina de mecânica junto ao posto de combustível do Queimado. Lembrou um acidente que há uns anos atrás aconteceu nessa oficina onde um camião, que por acaso era da Câmara e que só por acaso não caiu em cima da válvula de segurança dos depósitos do posto.

Terminou a sua intervenção falando nos semáforos que agora foram colocados no Queimado, que são bem vindos mas que ainda não funcionam. Nesta altura, e porque já tinha esgotado o seu tempo foi-lhe retirada a palavra, ao que ele respondeu que a forma como está a ser conduzida a assembleia se está a tornar numa ditadura.

DRA. CARLA BABO – AFT

No uso da palavra fez uma intervenção centrada nas escolas do concelho, nomeadamente no que diz respeito à água que aí se bebe, perguntando se é ou não analisada e com que periodicidade? Perguntou também de que forma têm sido monitorizadas as actividades extra curriculares e serviço de refeições?

Como é feita a selecção dos docentes? Em que ponto estão as candidaturas dos centros escolares? Porque é que as obras nas escolas são sempre realizadas durante os períodos escolares? Alertou também para os perigos que se vivem nas piscinas de Vila Meã. Terminou a sua intervenção pedindo a colocação de ecopontos nas escolas e espaços seguros para a colocação da lenha. A intervenção encontra-se nos anexos desta acta.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, referiu-se às palavras do senhor Jorge Pereira da Silva, dizendo-lhe que quando ele está a dizer “que tudo isto é uma ditadura”, está a ofender todos os presentes. Será que o senhor Jorge sabe o que é uma democracia? Para o saber terá de se lembrar que ela começa logo no respeito pelos outros. Em democracia também há limites. Fala-se hoje em autoritarismo, mas as pessoas esquecem-se que quando não respeitam as regras, põem em risco os valores da democracia.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – AFT

No uso da palavra disse que em 50 anos de vida em Amarante, nunca foi ofensivo para ninguém. Tiraram-lhe a palavra quando tinha ainda coisas importantes para dizer por Amarante. Não recebe lições de democracia de ninguém.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No período de respostas, o senhor Presidente começou por pedir ao BE que concretize a definição de “marasmo absoluto”. De seguida disse à Dra. Maria José, que ela defende e muito bem as questões ambientais. O fumo que se vê nas chaminés das fabricas que referiu, se calhar, é menos perigoso que os gases libertados diariamente pelos carros, que podia ser minimizado se todos andassem mais a pé, deixando o carro nos parques. Não concorda que se diga que Amarante não tem espaços verdes. Todos sabemos que um dos grandes atributos de Amarante é precisamente toda a área verde que a envolve.

Relativamente ao artigo da SEDES, acha-o interessante, mas o que é feito na prática é precisamente o contrário. Estão ali expressões populistas. É preciso concretizar aquilo que se diz, porque de grandes proclamações estamos todos fartos.

Continuou a sua intervenção dizendo que mais uma vez o senhor Jorge Pereira da Silva, continua a defender interesses privados na Assembleia Municipal. Não lhe parece correcto, mas fica contente por saber que pela primeira vez os resíduos são tratados. Apercebeu-se que

algo tinha mudado, até porque ultimamente não tem havido descargas. O senhor Jorge mudou de estratégia e como tal não tem aparecido poluição no rio.

Quanto ao Posto do Espinheiro, disse-lhe que agora não há por ali resíduos porque o mesmo esteve fechado durante uns tempos. Antes, as descargas eram feitas para o monte e para uns campos agrícolas existentes por ali perto.

Relativamente às descargas que poderão vir a ser feitas na rede de saneamento, só o poderão ser depois das Águas do Ave darem o aval, uma vez que é neste momento essa empresa que detém a exploração da rede de saneamento. Mesmo nessa altura é preciso ver muito bem o que para lá é lançado.

O senhor Presidente disse também à senhora deputada Carla Babo, que ela apresenta as suas questões de forma soft. Quanto às análises da água, ela sabe muito bem que são feitas e se quiser ver os resultados pode fazê-lo quando entender. Quanto ao recrutamento dos professores, também sabe que o mesmo é feito de acordo com a lei. Quem se achar prejudicado deve e pode reclamar de acordo com a lei. Não podia ser de outra maneira.

As candidaturas para a construção dos Centros Escolares, vai ser feita. É pena haver pouco dinheiro, porque o que vai haver para as candidaturas terá de ser distribuído por 12 municípios. Amarante avançará haja ou não dinheiro suficiente para as candidaturas.

Quanto às obras nas escolas disse-lhe que pontualmente são executadas obras de pequena monta. As grandes remodelações são alvo de concurso, logo com muito mais tempo. É demagogia dizer que as obras prejudicam o bom funcionamento das escolas. Isso não é verdade.

Quanto aos ecopontos disse-lhe também que não se justifica um ecoponto em cada escola, porque não fazem lixo suficiente que o justifique. Nos Centros escolares, talvez isso se justifique.

Quanto às questões ambientais, referidas pela Dra. Maria José Castelo Branco, disse que no mínimo o que se podia fazer era colocar uns filtros nas chaminés. Os empresários na maioria das vezes não têm sensibilidade para estas questões ambientais e por outro lado valem-se de legislação antiga ainda existente e como tal não minimizam como deviam esses problemas ambientais que vão causando. Por outro lado, verifica-se que cerca de 60% das empresas não estão devidamente licenciadas. É possível controlar as empresas, mas não é possível controlar o emprego que tão necessário é. Muito mais poluição faz a quantidade de carros que diariamente circula nas nossas estradas, quantas vezes desnecessariamente. Há vários interesses que importa equacionar. Se fecharmos empresas, o que é que acontecerá a quem lá trabalha? Terminou a sua intervenção dizendo que com tanta preocupação ambiental, qualquer dia vamos morrer todos cheios de saúde. Quando não for possível cometer algum pecado, a vida deixará de ter sentido.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – AFT

Usou de novo a palavra para dizer que gostava de ver as análises e os relatórios respeitantes aos outros postos de combustíveis, até para poder comparar com os seus. Disse também que iria enviar ao senhor

Presidente a sentença respeitante à questão do posto do Espinheiro. Fez-se justiça. A estação do Marão nunca esteve fechada e o que o senhor Presidente da Câmara disse é mentira.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente deu a palavra aos interessados presentes na bancada do Público que quisessem usar da palavra. Assim, intervieram as seguintes pessoas:

ARTUR FREITAS DE AMARANTE, que disse que o Plano Nacional de Barragens que hoje conhecemos tem um grande défice de informação. A Comissão de acompanhamento então criada não lhe parece que tenha feito até agora um grande trabalho. Os Planos que hoje existem estão em parte ultrapassados. A energia hidroeléctrica não é hoje uma energia limpa. Há quem só veja benesses nesta construção, mas as pessoas nem imaginam os males que a construção da Barragem em Fridão pode causar. A queda da ponte de Entre-os-Rios, teve também a ver, embora muito pouco explorada essa hipótese, com a construção das barragens ao longo do Douro. A pista e o Centro de Estágio de Fridão vão deixar de ser aquilo para que foram projectados, porque a pista de águas bravas vai deixar de o ser. O dinheiro público aí investido não será devidamente rentabilizado. A situação que será criada no centro de Amarante será dramática, com risco elevado para pessoas e bens. É preciso alertar quanto antes a população, e nesta fase devemos todos unir esforços, juntamente com a Comissão de Acompanhamento criada na Assembleia Municipal, para que todos juntos possamos trabalhar nesta luta desigual.

PEDRO COUTEIRO – que começou por explicar aos presentes que representava a Associação COAGRET, nascida nos anos 80, que é uma associação não governamental, criada para reagir ao Plano Hidrológico de Espanha. A luta das várias entidades envolvidas neutralizou na altura esse plano. É agora tempo de fazermos o mesmo em Portugal, evitando-se assim o “holocausto” hídrico com a eventual construção da Barragem do Sabor e mais 10 outras barragens. Dizer-se que se não forem construídas estas barragens, não haverá a médio prazo energia é um perfeito disparate. Neste momento há motivos mais que suficientes para impugnar este Plano Nacional de Barragens porque, para além de outros males, enferma de ilegalidades. Explicou as diferenças entre a energia hídrica e a eólica. Continuou a sua intervenção convidando os autarcas locais a associarem-se à luta contra as barragens que será assinalado em Mirandela a 14 de Março. Elogiou a posição do senhor Presidente da Câmara, e convidou-o também a assinar a Moção contra o Plano Nacional de Barragens.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente começou por agradecer os elogios do representante da COAGRET, mas disse-lhe que não aceita ser convidado por uma Associação Não Governamental, que não conhece e sem legitimidade democrática. Convidou a COAGRET para se juntar à luta da Câmara e de Amarante. Todas as associações serão bem vindas.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – ACTA DA SESSÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2007

Usaram da palavra os senhores :

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que está cansado de dizer quase sempre a mesma coisa relativamente às actas. Não gosta de fazer intervenções que não são do seu agrado. O texto da acta agora em análise terá da sua parte nota negativa. Não pretende que o texto seja um texto literário, mas no mínimo terá de reproduzir fidedignamente o que se passa nas sessões da Assembleia Municipal. Continua a haver incapacidade de reproduzir em texto aquilo que é dito nas Assembleias. Relativamente às suas intervenções, nota que há cortes, ou pelo menos não é reproduzido aquilo que efectivamente é dito.

É preciso rigor e objectividade naquilo que se escreve. Se fosse o seu partido a elaborar textos destes chumbava-os na mesma. A acta em relação àquilo que foi dito em defesa do município refere uns anexos, que não estão em anexo. Onde estão os requerimentos e as Moções que na altura apresentou? Tudo isto leva-o a pensar que o senhor Presidente da Assembleia não lê as actas.

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, foi o documento de imediato posto à votação. Dessa votação apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA – 6

ABSTENÇÕES – 4

VOTOS A FAVOR – 40

Foi também aprovado em MINUTA por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 2 – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado usou da palavra.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “DELIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONCELHO DE LOUSADA COM O CONCELHO DE AMARANTE”

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra, disse que não irão votar favoravelmente. Em consciência não poderão fazê-lo, porque não receberam documentação capaz de os esclarecer suficientemente. Pela análise que fez à documentação que lhe foi enviada concluiu que há uma perda acentuada de terreno. Há para Amarante uma perda de área considerável.

De imediato usou da palavra o senhor Presidente da Junta de TRAVANCA, que disse não ter havido perda nenhuma para Amarante. Houve uma rectificação aos mapas que estavam errados. Houve neste processo o consenso de todos os envolvidos.

SR. JOSÉ L. VIEIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE OLIVEIRA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Oliveira disse que relativamente a este assunto a Junta de Oliveira devia ter sido ouvida. O que Lousada em tempos acordou com Oliveira nunca foi cumprido. Há pessoas que querem passar para a freguesia de Oliveira e não conseguem. Disse também que as limitações correctas estão nas cartas militares e eram essas que deviam, pelo menos relativamente à sua freguesia, ser respeitadas. Nunca aceitará perder terrenos de Oliveira para Vila Meã, porque aquilo que agora se passa é a perda de terrenos.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que não queria que entendessem que a sua intervenção estava contra os Presidentes de Junta envolvidos, pois o problema situa-se nas divisões entre freguesias.

Não entende como é que foi possível este acordo, porque Amarante perde uma boa parcela de terreno. Entende o incómodo de algumas pessoas terem de tratar dos seus assuntos noutra concelho, mas não vê nenhuma razão válida para se entregar património desta maneira. Perguntou porque é que tem de ser Amarante a abdicar deste terreno e não Lousada? Idêntico acordo foi em tempos feito com Baião na Zona da Aboboreira e deu na perda de património importante para Amarante, tendo Baião beneficiado com isso, porque ficou com património histórico classificado que ali existe.

Compreende que este assunto deva ser resolvido, mas têm de ser encontrados argumentos fortes para que isso se justifique. Não se pode espartilhar o concelho nem abdicar daquele terreno de ânimo leve.

No seguimento desta intervenção, o senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DE TRAVANCA**, usou de novo a palavra para reforçar a intervenção que já atrás tinha feito para dizer que a área agora em discussão pertencia aos dois concelhos. Não há perda de terreno nenhum e não é por haver esta rectificação que Portugal vai aumentar ou diminuir o seu tamanho.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que este acordo não o repugnava nada se fosse feito entre freguesias do mesmo concelho. Agora da forma que foi feito não lhe parece nada correcto, até porque podiam e deviam ser usados os poderes administrativos que o município tem. O que foi feito parece-lhe mau e só mostra incompetência na condução deste assunto.

Não está contra o processo em si, mas sim contra a forma como tudo foi acordado, incluindo a forma pouco esclarecedora como lhe foi apresentado.

Usou também a palavra o senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREIXO DE CIMA**, para dizer que na sua freguesia poderá vir a ter idêntico problema com o concelho de Felgueiras. Para já isso não aconteceu, mas já teve o cuidado de falar com os residentes dos lugares envolvidos. Será que no processo agora em discussão isso foi feito? Era isso que as pessoas envolvidas queriam?

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

No uso da palavra disse que o alarmismo do Dr. Emanuel Queirós é infundado e preocupa-o. Foi dito pelos senhores Presidentes de Junta que não há perda de qualquer parcela de terreno. Apenas será feita uma correcção aos limites. Os terrenos já eram pertença de cada concelho. Devemos usar o bom senso e não criar problemas onde não existem.

SR. JOSE LEITE VIEIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE OLIVEIRA

No uso da palavra referiu que não concordava com aquilo que o senhor deputado anteriormente disse. Há em Oliveira marcos que têm de ser respeitados. Distam cerca de 80 metros da estrada e marcam terrenos que são de Oliveira. A Junta de freguesia de Caíde não cede os terrenos que são pertença de Oliveira. Pede que a Câmara interceda e tenha em atenção esta situação.

Perante estas palavras, o DR. EMANUEL QUEIRÓS, pediu a palavra para dizer que afinal a sua intervenção vai de encontro áquilo que o senhor Presidente da Junta de Oliveira acaba de dizer. Não podemos entregar assim terrenos a outro concelho. Lousada não pediu aquele terreno; Amarante é que o entrega, por isso não me peçam para aprovar este documento.

DR. ARMINDO ABREU - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer ao Dr. Emanuel Queirós que ele não pode impor às outras pessoas as suas interpretações e os seus comportamentos.

Neste momento discute-se apenas as linhas divisórias entre os dois municípios. Não estão a definir linhas de partilha. Temos o mesmo problema na zona da Barroca Funda. A construção da EN 15, veio já desde essa altura criar problemas de partilhas que não foram acautelados. As divisões foram sendo feitas por caminhos que hoje não existem. Quer Amarante, quer Lousada nunca tinham tratado aquela área em termos de PDM. Em reunião com as partes envolvidas concluiu-se que aquele é o limite correcto. Se as populações envolvidas no processo estão de acordo, porque é que há-de haver pessoas que querem complicar. Aqui houve uma negociação entre as partes e através delas foi encontrado este consenso. Se Oliveira entende que tem conflito com Caíde Rei deve procurar o entendimento igual àquele que agora foi conseguido, embora lhe pareça que a situação não é igual. Freixo de Cima poderá vir a ter o mesmo problema. Referiu também um antigo

marco divisor que existia na zona da antiga Ferfor, que dividia dois concelhos e 4 freguesias.

O senhor deputado **DR. EMANUEL QUEIRÓS**, pediu a palavra, para em defesa da honra dizer que a Assembleia é testemunha que nas suas intervenções não fez nenhuma referencia ao senhor Presidente da Câmara. Apesar disso, o senhor Presidente da Câmara, continua a não respeitar as pessoas, dando um bom exemplo de como não se consegue ter boas relações com as pessoas. Se quer respeito, deve respeitar.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação do documento. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 9
ABSTENÇÕES – 0
VOTOS A FAVOR – 55

O documento foi também aprovado em minuta por UNANIMIDADE
Fizeram uma declaração de votos os senhores:

PRESIDENTE DA JUNTA DE OLIVEIRA, que disse que o município de Lousada não cumpriu até hoje com a freguesia de Oliveira.

ELISA ANTUNES do BE, disse que lhe pareceu leviano votar da forma que se votou, porque pelo facto de ter havido um entendimento entre as populações não lhe parece bastante para se ter resolvido desta forma o assunto. Só a boa vontade do povo não chega, porque são decisões que ultrapassam o particular. Por isso votou contra.

DRA. EUGÉNIA MOURA, disse que da discussão não nasceu grande esclarecimento. Pareceu-lhe que este acordo foi uma forma expedita de resolver o problema. Se o assunto fosse assim tão simples, certamente não seria necessário trazer o assunto à Assembleia. Não ficou esclarecida e pensa que a maioria também não.

DR. EMANUEL QUEIRÓS, que disse que o seu sentido de voto não vai contra as decisões das Juntas envolvidas. Tem a ver com factos concretos. O processo não tem fundamentação capaz que o convencesse a votar a favor. Deu-se um parcela de terreno a Lousada, sem ter sido pedida. Amarante fez uma cedência gratuita a Lousada.

PONTO Nº 4 – BARRAGEM DE FRIDÃO – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

Antes de ser dada a palavra aos senhores deputados, foi feita a leitura de um documento do INAG, que está em pasta nos anexos desta acta com o titulo "PROGRAMA NACIONAL DE BARRAGENS COM ELEVADO POTENCIAL HIDROELECTRICO"

Usaram de seguida a palavra os senhores:

SR. JULIO MOREIRA – PSD

Na sua intervenção, o senhor deputado fez, relativamente a este ponto, a intervenção que se encontra nos anexos desta acta.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que todas as possibilidades de construção ou não da barragem são passíveis de discussão. O senhor Júlio Moreira ainda vai a tempo de se colocar do lado daqueles que não estão a favor da Barragem.

A Assembleia perdeu a grande oportunidade de não ter agendado uma sessão extraordinária para se discutir com seriedade o Plano Nacional de Barragens. A Comissão que em tempos foi constituída ainda não apresentou qualquer trabalho. Seguidamente fez a leitura de um texto, que se encontra nos anexos desta acta, com o título “BARRAGEM DE FRIDÃO – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL”.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

Usou da palavra para dizer que não ia falar de assuntos que não domina. Muito haverá para discutir sobre as questões da Barragem. Não acredita nas comissões de acompanhamento, enquanto não forem dotadas de espaços, meios técnicos e financeiros, para poderem avançar com estudos e soluções concretas. Terminou a sua intervenção, deixando um apelo/sugestão, que é o de reunir toda a gente envolvida e interessada, juntamente com a dita Comissão de Acompanhamento, que ainda não produziu qualquer trabalho, e aí sim discutir-se o assunto sempre sob o comando da Câmara.

SR. JOSE JOAQUIM TEIXEIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FRIDÃO

No uso da palavra, disse que nunca falou em lugar nenhum no argumento da produção e qualidade do vinho em Fridão pelo facto de se poder vir a construir a barragem.

É importante nesta altura saber em concreto quais os prejuízos e qual o progresso que a Barragem possa trazer para Amarante. Em que é que a Barragem vai melhorar a qualidade da água? Pela Leitura que se faz do relatório do INAG poucas conclusões se podem tirar, porque aquilo é um documento “chapa 5”, isto é igual para todos os municípios envolvidos no Plano Nacional de Barragens.

SR. CARLOS CARVALHO – PSD

Usou da palavra para dizer que deve haver seriedade na discussão deste assunto. Dizer-se que a Comissão de Acompanhamento não produz trabalho não é de todo verdade. Hoje, apesar do Dr. Abel Afonso não estar presente, sabe através dele que está a ser feito trabalho. A seu tempo esse trabalho vai ser apresentado. Agora, não lhe parece correcto estar-se a criticar por criticar.

PROF. JORGE PINTO – PS

No uso da palavra, disse que foi mandatado para fazer parte dessa comissão. Seria neste momento deselegante falar da comissão e daquilo que ela possa ou não ter feito, sem a presença do seu Presidente, o Dr. Abel Afonso. Apesar disso regista com agrado a missiva do senhor deputado Carlos Carvalho, que diz estar a ser feito trabalho.

Os amarantinos precisam de mais informação neste momento, para poderem ajuizar com seriedade. Os impactos parecem-lhe muito negativos para Amarante. Elogiou a posição do senhor Presidente da Câmara, pela posição que tem tomado sempre que está em locais onde o assunto é falado. Está satisfeito com a posição oficial do município. Aliás, todos os amarantinos deviam neste momento envolver-se nesta tomada de posição, porque é preciso força e determinação para que a Barragem não venha a ser construída.

Em 1988, houve uma grande luta para que não fosse ultrapassada em Amarante a cota 62 da Barragem do Torrão. Até hoje isso tem sido conseguido.

A construção da barragem de Fridão pressupõe a construção de um açude a jusante de Amarante. O açude certamente vai ter a cota 65 o que iria criar um espelho de água à cota 65. É isto que não podemos permitir. Temos também de ter preocupações de segurança. Qualquer que seja o risco devemos evitá-lo mesmo que nos digam que é reduzido.

Amarante, cidade que todos gostamos, tem a sua própria identidade, constituída pelo Rio, de que nos orgulhamos, pelo casario, pelo Centro Histórico e pela ponte. Essa identidade por preço nenhum pode ser roubada.

O Partido Socialista lutará para que a barragem não seja construída. As sessões de esclarecimento e os colóquios que vão decorrer trarão certamente mais esclarecimentos. Temos de lutar contra isso até ao limite das nossas forças.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que a construção da Barragem lhe parece um dado irreversível. Disse também que a Barragem do Torrão foi sempre um processo mal conduzido, onde provavelmente Amarante perdeu milhões. O que Amarante ganhou na altura, com as posições que tomou? Nada, porque o rio continua mau.

Hoje, a Comissão devia ter trazido à Assembleia dados novos. Não o preocupa a construção da Barragem desde que ela traga desenvolvimento económico para a nossa terra. É preciso sair do atoleiro em que estamos metidos. Terminou a sua intervenção perguntando “como que uma Assembleia que não teve força para impedir a construção de um bunker a que chamam Central de Camionagem, pode impedir a construção de uma barragem?”

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que é notória a falta de esclarecimento nas pessoas. Disse aos elementos do PSD que não quer atingir ninguém em particular. Apenas alertou para o facto de até hoje a Comissão não ter apresentado qualquer trabalho.

Disse que o senhor Presidente da Câmara tomou, relativamente a este assunto uma posição correcta, embora não tenha usado os argumentos mais correctos.

Terminou a sua intervenção dizendo que no próximo dia 14 de Maio, se celebra o “Dia Internacional Contra as Barragens”, e nessa altura devemos dinamizar as pessoas, incluindo os grupos parlamentares a participar nesta celebração.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, começou por dizer que tem ouvido afirmações que nada correspondem à verdade. Não foi a Comissão que agendou este ponto. O agendamento foi pedido na altura pela Dra. Eugénia Moura, com a concordância de todos os elementos presentes na reunião de líderes. Quanto à Barragem, disse que certamente haverá opiniões divergentes. Não podemos é querer que todas as opiniões sejam iguais à nossa.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra, disse que folgava em saber da posição agora assumida pelos representantes dos partidos na Assembleia Municipal.

Somos amarantinos e como tal todos temos as nossas opiniões acerca do assunto. Nesta fase, temos de esquecer a partidarite e lutarmos todos pela mesma causa, que é impedirmos por todos os meios a construção da barragem. Tem havido, na Junta de Freguesia de S. Gonçalo, sessões de esclarecimento e debates, com pessoas de vários quadrantes políticos, onde se discutem ideias acerca do assunto em questão. Pediu que mais pessoas apareçam, pois todos os contributos são válidos.

PROF. PAULO VASCONCELOS – PRESIDENTE DA J. DA LOMBA

No uso da palavra, começou por dizer que a discussão se tem centrado em demasia no domínio dos relatórios e paradigmas, que levam na maioria das vezes a que não se avance na resolução dos problemas, provocando muitas vezes o fecho de serviços, porque ninguém se dá ao trabalho de ouvir as pessoas. Neste caso, como em muitos outros, para além do gostar e do querer, há a razão. É esta última que temos de fazer valer. É preciso lutar contra a Barragem, mas para isso é preciso ter um estudo credível que suporte o nosso querer.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que cada vez mais aprecia a democracia representativa.

Continuou a sua intervenção, dizendo que com o avançar da idade, não devemos engolir tudo o que nos dizem. Os partidos, nesta questão têm de uma vez por todas de dizer o que querem e de que lado estão. O PS está contra a construção da Barragem de Fridão. No PSD começam já a notar-se divergências. No Movimento AFT, daí a pouco estamos no 50/50.

A construção, se vier a concretizar-se, vai arrastar-se muito para além deste mandato. Os cidadãos, tem o direito de saber qual a opinião dos partidos e movimentos que se vão submeter a eleições. O PS tem mantido e continuará a manter a coerência nos fóruns onde tem estado presente. Sabe também que o Ministro do Ambiente, já vai dizendo que Amarante é um caso especial neste Plano Nacional de Barragens. A nossa força está legitimada pelo voto.

A Comissão de Acompanhamento já fez, certamente alguns contactos. Devem primeiro reunir-se pressupostos sérios e só depois encetar luta contra a construção. Se a Comissão não realizar a breve prazo conferências e sessões de esclarecimento, será a Câmara mais tarde a realizá-las. Está disposto a ir para a luta, mas de uma forma consciente. A sociedade moderna deve reger-se pelos ideais da razão. É por aí que temos de ir.

Continuou a sua intervenção, dizendo que neste momento há já uma grande divisão de ideias. No Movimento AFT, como já anteriormente referiu, sente-se uma grande divisão. Disse também que não confiava nas associações que não sabe de onde vêm e com que legitimidade é que estão neste processo. Concluiu a sua intervenção, dizendo que não se reforça a democracia sem a política local.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o Senhor deputado **Dr. Emanuel Queirós**, usando a figura regimental de defesa da honra, usou de novo a palavra para dizer que mais uma vez é patente a forma como o senhor Presidente da Câmara procura explorar politicamente a divisão entre as pessoas. O senhor Presidente podia e devia ter feito muito mais nos últimos 14 anos.

Perante estas palavras, o senhor **Presidente da Câmara**, pediu de novo a palavra para dizer que não é prosélito, por isso é que apela à seriedade. Não somos todos iguais. Entende isso como um insulto.

A senhora deputada **Elisa Antunes**, do BE usou também a palavra para pedir que todos os partidos se juntem nesta luta. Todos juntos, podemos mobilizar as pessoas. O PS vai juntar quem? Só os do PS ou todos?

Terminou a sua intervenção dizendo que o senhor Presidente da Câmara dá sempre uma imagem de seriedade, relegando muitas vezes para segundo plano a seriedade dos outros. Tem de entender que as outras pessoas também são sérias.

O senhor deputado **Júlio Moreira do PSD**, disse que fez a sua intervenção individualmente. O Partido que representa não conhecia o teor do seu texto. Se no decorrer de todo o processo ficar devidamente esclarecido, até poderá mudar de opinião.

A senhora deputada **Dra. Amélia Oliveira, do PSD**, disse que o PSD sempre foi contra a construção da Barragem. Essa é a posição do PSD.

Foi dada de novo a palavra ao **senhor Presidente da Câmara**, que disse que o grande mérito da democracia está na legitimidade dada pelo povo. Agora, não pode entender que no PSD se diga que se está contra a Barragem, quando no seu seio há pessoas que estão a favor.

O Partido Socialista, vai juntar neste processo quem estiver de boa fé. Agora isto não é tudo igual. É preciso saber o que é que os partidos pensam em concreto, por forma a que todos aqueles que estiverem efectivamente de boa fé possam lutar contra o populismo.

Terminou este período de intervenções o senhor Presidente da Junta da Lomba, que disse que temos de aceitar a oposição dentro de cada partido. Isso é democracia. Ainda bem que temos um Manuel Alegre, um Pacheco Pereira e outros. A posição do PSD é só uma. Agora, dentro do partido haverá sempre alguém que não estará a favor e ainda bem que essa liberdade de opinião é possível.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra e estava esgotada a Agenda de trabalhos para esta sessão, foi dada por encerrada a sessão, quando eram 13, 30 horas. Desta sessão foi lavrada a presente acta, que depois de aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

